

**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

Avaliação,
Políticas
e Expansão
**da Educação
Brasileira 8**

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 8

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 8 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 8)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-465-8 DOI 10.22533/at.ed.658191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA DA UNIPAMPA NOS PRIMEIROS ANOS DE CRIAÇÃO - VISÃO INSTITUCIONAL	
Caren Rossi Alzira Elaine Melo Leal Katiane Rossi Haselein Knoll	
DOI 10.22533/at.ed.6581910071	
CAPÍTULO 2	15
A GUERRA DO CONTESTADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA APROXIMAÇÃO INDISPENSÁVEL NO MEIO-OESTE CATARINENSE	
Marco Andre Serighelli Vanessa Wegner Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.6581910072	
CAPÍTULO 3	25
A PRIMEIRA IMPRESSÃO, OS DEVANEIOS EM BACHELARD E UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO	
Rafael Augusto Valentim da Cruz Magdalena Luciane de Souza Oliveira Valentim Elaine Cristina Balancieri Pereira André Augusto Gutierrez Fernandes Beati	
DOI 10.22533/at.ed.6581910073	
CAPÍTULO 4	33
AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU PARA A EDUCAÇÃO	
Bianca Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6581910074	
CAPÍTULO 5	41
CARACTERIZAÇÃO DE PARÂMETROS (INDICADORES) EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO (COINFO): ESTUDO DE CASO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA COM O USO DE ABORDAGENS QUALITATIVAS	
Marcia Rosetto Regina Célia Baptista Belluzzo	
DOI 10.22533/at.ed.6581910075	
CAPÍTULO 6	53
DIÁRIO, CARTAS E CADERNOS: UMA ANÁLISE DOS ESCRITOS AUTOBIOGRÁFICOS DAS PRINCESAS ISABEL E LEOPOLDINA	
Jaqueline Vieira de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.6581910076	
CAPÍTULO 7	70
ECOS MORAIS E CÍVICOS: UMA ANÁLISE DO AMBIENTE DE UMA BANDA MARCIAL EM TEMPOS DE DITADURA	
Rafael Montoito Rafael de Souza Velasco	
DOI 10.22533/at.ed.6581910077	

CAPÍTULO 8	84
EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: A POSSIBILIDADE DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO SOCIAL	
Patricia Melo Magoga Darcísio Natal Muraro	
DOI 10.22533/at.ed.6581910078	
CAPÍTULO 9	96
GRUPO PET-GEOLOGIA E O MUSEU DE GEOCIÊNCIAS NA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOLOGIA DA UFPA	
Rosemery da Silva Nascimento Carlos Andrei Pedroso Da Silva Gabriel Silva De Araújo Pontes	
DOI 10.22533/at.ed.6581910079	
CAPÍTULO 10	108
HISTORIA DA ESCOLAS PÚBLICAS CARIOCAS: DESAFIOS DA EXPANSÃO NOS BAIRROS DA GAVEA E URCA	
Rosimeri da Silva Pereira Arlindo Carlos Silva da Paixão Franklim Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65819100710	
CAPÍTULO 11	117
MAPEAMENTO HISTÓRICO DA VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Edugas Lourenço Costa Rafael Pavan	
DOI 10.22533/at.ed.65819100711	
CAPÍTULO 12	131
O PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
Gerciane Maria da Costa Oliveira Kyara Maria de Almeida Vieira Gionara Bruna Alves de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65819100712	
CAPÍTULO 13	143
O USO DE DOCUMENTÁRIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO CONTEÚDO DE RELAÇÃO	
Lóren Grace Kellen Maia Amorim Maria Teresa Menezes Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.65819100713	
CAPÍTULO 14	153
OLHARES - A FOTOGRAFIA E OS ESPAÇOS URBANOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Fátima Aparecida da Silva Faria Galvão dos Santos Erik Armando Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.65819100714	

CAPÍTULO 15	164
PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE TRABALHO DOCENTE	
Solange Martins Oliveira Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.65819100715	
CAPÍTULO 16	177
SOBRE AS UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ	
Oscar Edgardo N. Escobar	
DOI 10.22533/at.ed.65819100716	
CAPÍTULO 17	186
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
Taira Carvalho Assis	
Laís Leni Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.65819100717	
CAPÍTULO 18	202
TRANSFORMAÇÕES EDUCACIONAIS NO SÉCULO XX: APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS	
Helen Barbosa Raiz Engler	
Leonardo Henrique Cardoso de Andrade	
Tatiana Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65819100718	
CAPÍTULO 19	209
UMA ANÁLISE DA ATUAL EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	
Edelvar Vicente Rippel	
Millais Lariny Soares Rippel	
DOI 10.22533/at.ed.65819100719	
CAPÍTULO 20	219
UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO NA CONCEPÇÃO DE DAVID HUME E RENÉ DESCARTES	
Ana Cristina da Silva Brito	
Kelei Zeni	
Eliane de Fátima Triches	
DOI 10.22533/at.ed.65819100720	
CAPÍTULO 21	228
BULLYING NO CONTEXTO ESCOLAR: APONTAMENTOS À LUZ DE FOUCAULT	
Adriana Martins de Oliveira	
Francismeiry Cristina de Queiroz	
Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.65819100721	
CAPÍTULO 22	240
VIOLÊNCIA ESCOLAR: DESAFIOS EM CURSO NA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI	
Vanessa Gonçalves da Silva	
Cleide Ester de Oliveira	
Veralúcia Guimarães de Souza	
Francisco Carlos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65819100722	

CAPÍTULO 23 253

VIOÊNCIA NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS QUE POSSIBILITAM ESSA PRÁTICA

Maria Goretti Rodrigues de Sousa Oliveira

Maria Aparecida Pereira

Maria de Fátima Leite Gomes

DOI 10.22533/at.ed.65819100723

SOBRE O ORGANIZADOR..... 262

O PATRIMÔNIO CULTURAL NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Gerciane Maria da Costa Oliveira

Docente do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA
Mossoró/RN

Kyara Maria de Almeida Vieira

Docente do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA
Mossoró/RN

Gionara Bruna Alves de Oliveira

Graduanda do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA
Mossoró/RN

RESUMO: A presente pesquisa, realizada no programa de Iniciação Científica- PICI/UFERSA e inscrita no projeto “Para além das fazendas em pedra e cal: um estudo sobre o Patrimônio Rural (Ambiental e Cultural) do Semiárido Nordeste”, contemplado pelo edital CNPq N° 01/2016, tem por objetivo principal problematizar a abrangência do conceito de patrimônio rural no contexto do Semiárido Nordeste, tomando como enfoque os aspectos da cultura na comunidade rural Soledade, município de

Apodi – RN. Concebido como um conjunto de elementos, tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, naturais, arquitetônicos, artístico, paisagísticos, expressivos dos modos de vida dos grupos sociais que habitam os territórios campestres (TOGNON, 2010), o patrimônio rural tem se apresentado como um vetor, fonte e/produto estratégico de desenvolvimento, ao mostrar potencialidades de sustentabilidade econômica na medida em que “as políticas culturais de conservação do patrimônio tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (REIS, 1979, p.79). Ao tomar o Lajedo de Soledade como um patrimônio rural, no sentido de ele se configura como um bem tanto material como imaterial, busca-se compreender como este espaço se constitui como um lugar de memória para a comunidade, promovendo a elaboração de identidades e práticas de reconhecimento. Identificando o importante papel do Museu do Lajedo de Soledade pelos aspectos social, cultural e educativo, espera-se com a presente pesquisa refletir sobre a relação entre comunidade e Lajedo de Soledade.

PALAVRA – CHAVES: Patrimônio rural; Cultura; Lajedo de Soledade.

ABSTRACT: The present research, carried out in the program of Scientific Initiation - PICI

/ UFERSA and enrolled in the project “Beyond the farms in stone and lime: a study on the Rural (Environmental and Cultural) Heritage of the Northeastern Semi-arid”, contemplated by edital CNPq N° 01 / 2016, has the main objective to problematize the concept of rural heritage in the context of the Northeastern Semi - arid, focusing on aspects of culture in the Soledade rural community, Apodi - RN municipality. Conceived as a set of elements, tangible and intangible, movable and immovable, natural, architectural, artistic, landscape, expressive of the ways of life of the social groups that inhabit the rural territories (TOGNON, 2010), rural heritage has presented itself as a vector , a source and / or strategic product of development, by showing potential for economic sustainability insofar as “cultural policies for heritage conservation are increasingly becoming, at the same time, territorial planning and development policies” (REIS, 1979, p.79). By taking the Lajedo de Soledade as a rural patrimony, in the sense that it is both material and immaterial, it seeks to understand how this space constitutes a place of memory for the community, promoting the elaboration of identities and practices recognition. Identifying the important role of the Museum of Lajedo de Soledade for social, cultural and educational aspects, it is expected with this research to reflect on the relationship between community and Lajedo de Soledade.

KEYWORDS: Rural patrimony; Culture; Lajedo de Soledade.

1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visou refletir sobre o conceito de patrimônio cultural no meio rural, atentando para as suas diferentes dimensões, materiais e imateriais, no município de Apodi, Rio Grande do Norte, mais especificamente na localidade de Soledade.

Com as mudanças assistidas no campo brasileiro desde os anos de 1960, período da modernização da estrutura agrária no país (SILVA, 1999), as manifestações artísticas culturais rurais na contemporaneidade vêm redimensionando seu caráter no que diz respeito aos seus símbolos, artefatos e práticas, exigindo, nestes termos, abordagens alternativas que fujam dos esquemas analíticos puristas “folclóricos” calcados numa concepção unicista e orgânica de sociedade.

Os intercursos e fluxos entre “elementos do rural” e “elementos do urbano” ensejam, portanto, um campo heteróclito de saberes e fazeres, não coeso, que sobrepõem aspectos que remetem ao aporte residual tradicional, como também às possibilidades produtivas, reprodutivas e comunicacionais inusitadas, proporcionadas, sobretudo, pela inserção das novas tecnologias no mundo rural.

Ao focar as manifestações do meio rural se busca considerar a extensão e as múltiplas facetas deste objeto, tendo em vista sua configuração atual que correlaciona bens culturais, dinâmicas mercantis, suportes e linguagens tecnológicas. Nestes termos, não se pode mais encarar o rural como bolsões marginalizados, situados nas franjas do panorama da modernidade urbana, nas quais o imaginário intelectual pensava encontrar o residual da origem da nação.

Em meio a esta figuração contemporânea do campo, o conceito de patrimônio

permite pensar a realidade cultural do meio rural sob a expansão da compreensão do seu termo mais tradicional, restrito às estruturas arquitetônicas oriundas do meio urbano. A amplitude do sentido de patrimônio permite englobar elementos “imateriais” e “vivos” que compõem cotidiano das populações rurais (costumes, utensílios, paisagens, formas de linguagem, modos de produção etc.).

Com efeito, as concepções que norteiam a compreensão de patrimônio cultural na contemporaneidade escapam à tradição folclorista de mera salvaguarda e sacralização de bens do passado, fato que leva aos próprios organismo nacionais e locais se voltarem para os elementos designados como vivos e atuais, “[...] em razão da propriedade de serem processuais, enfim, virtuais” (FARIAS, 2010 p.10).

No caso da pesquisa em questão, identificou-se como um importante aspecto o Lajedo de Soledade, sítio arqueológico localizado na Chapada do Apodi, no qual se permite observar inscrições e pinturas rupestres gravadas há cerca de três mil anos que assinalam para modos de vida dos primeiros habitantes do Rio Grande do Norte, além de viabilizar a compreensão da história da formação geológica do Semiárido Nordeste.

Neste sentido trata-se de compreender como este espaço se constitui como um lugar de memória para a comunidade, promovendo a elaboração de identidades e práticas de reconhecimento.

O desenvolvimento desta pesquisa permite avançar no estado da arte dos estudos sobre patrimônios culturais das populações do Semiárido Nordeste. Considerando os escassos trabalhos sobre o tema do “patrimônio rural”, enfoca-se a importância da realização desta pesquisa, no sentido de que ela, juntamente com outras investigações, abre caminho para um novo campo de análises no/ do contexto brasileiro.

Tendo em vista que este debate tem considerável lastro nas pesquisas europeias, cabendo destaque para Portugal, este que capitaneia grande parte dessas produções, torna-se relevante que essas problemáticas possam ser inseridas na agenda acadêmica brasileira, em função do potencial campo empírico que apresentamos, em termos das multifacetadas do patrimônio rural.

É válido destacar ainda a importância da consciência patrimonial como reconhecimento dos valores culturais e da memória social de determinados grupos sociais. No caso do contexto rural, a descentralização das discussões sobre patrimonialização do meio urbano para o campestre – dinâmica que levou ao próprio alargamento do termo “patrimônio” originalmente reduzido a edificações citadinas –, põe em destaque outro aspecto, a atuação deste conjunto de bens, práticas e valores na promoção do desenvolvimento sustentável e local.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O conceito de patrimônio rural

Originalmente a palavra patrimônio faz referência à herança paterna, ao se reportar a transmissão de bens materiais de pais para filhos. Preservado até os dias atuais este significado, a abrangência do termo como herança social ocorreu inicialmente na Europa como reação ao impacto da Modernização e da Revolução Industrial, dada a necessidade posta de preservar a memória de grupos sociais em suposto risco de desaparecimento.

Além de responder a estes processos intensos de mudança sociais, a emergência da consciência patrimonial encontrou lastro na formação do Estado Nacional burguês. “Foi na França, no final do século XVIII, que o Estado tomou para si a tarefa de preservar legalmente determinados bens, enquanto representações da nação, ou enquanto elementos a partir dos quais seria possível construir a ideia de unidade nacional” (SALVADORI, 2014, p.7). Naquele momento, as políticas de preservação se voltaram restritamente para os aspectos materiais e tangíveis. De modo geral, se considerava patrimônio histórico e cultural o que exibisse certa monumentalidade, não necessariamente pelas suas dimensões, mas pela função simbólica que cumpria (obras históricas, esculturas, colunas etc.).

Nos anos de 1980, as definições para patrimônio tendem a se tornar mais amplas, ao se servir de discussões culturais provocadas por diferentes domínios das Ciências Humanas. Neste sentido, se passou a considerar patrimônio não apenas os bens “materiais”, mas também os “imateriais”, suplantando a noção clássica patrimonial associada a edificações e à arquitetura (eminentemente urbanas).

A partir da década de 1990, as preocupações de vários grupos e movimentos sociais, como também de várias entidades nacionais e internacionais irão se voltar para o patrimônio cultural e artístico imaterial. Diante das tensões em se definir critérios para se estabelecer e salvaguardar a cultura imaterial (ALVES, 2010), a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, celebrada em 2003, em seu artigo 2º irá definir que

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconhecem como parte integrante do seu patrimônio imaterial. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado por grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e a criatividade humana. O patrimônio imaterial, como foi definido acima, se manifesta nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais; incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, ritos e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; d) técnicas artesanais tradicionais (Unesco, 2003).

Na esteira desta discussão, se pôs em evidência a categoria de patrimônio rural. Considerando a inter-relação entre natureza, identidade e cultura, o patrimônio rural sobrepõe linhas discursivas que debatem a salvaguarda de valores, práticas, crenças dos povos do campo, assim como do meio que esses povos habitam e interagem. Este debate reatualiza elementos provenientes da esfera do estudo patrimonial, assim como do discurso da “consciência preservacionista” promovido pelos movimentos sociais e organizações não governamentais ambientalistas, originalmente na década de 1980 (PELEGRINI, 2006).

Concebido como um conjunto elementos, tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, naturais, arquitetônicos, artístico, paisagísticos, expressivos dos modos de vida dos grupos sociais que habitam os territórios campestres (TOGNON, 2010), o patrimônio rural tem se apresentado como um vetor, fonte e/produto estratégico de desenvolvimento, ao mostrar potencialidades de sustentabilidade econômica na medida em que “[...] as políticas culturais de conservação do patrimônio tendem hoje cada vez mais a ser, ao mesmo tempo, também políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento” (REIS, 1979, p.79).

Desta feita, o espaço rural não está fora ou imune a essas transformações e significações dos territórios, do desenvolvimento. Constata-se que, diferente do que fora pensado e proposto pelas prerrogativas iniciais de preservação na Europa do século XIX,

“[...] a patrimonialização da cultura popular atual se insere no cômputo dos circuitos das diferentes escalas da economia simbólica. Inclusive não apenas colaborando na inserção de tais bens, mas reforçando sua diferença na esfera pública configurada para o movimento fremente das aparências” (FARIAS, 2010, p.11).

A ressignificação das identidades culturais, portanto, não se tece somente na afirmação de valores comuns que remontam a um passado social ou a uma origem monumental. A produção das identidades culturais se constrói no campo de intercessão destes aspectos que põem em confronto, o local e o global (HALL, 2001), a tradição e a modernidade (GIDDENS, 1991), o simbólico e o econômico, as várias apropriações, ressignificações, e recepções do patrimônio material e imaterial.

2.2 Lajedo de soledade como patrimônio rural

O Lajedo de Soledade é um patrimônio cultural do Rio Grande do Norte, que fica localizado na comunidade do distrito Soledade, situado no Semiárido Potiguar em área de caatinga, mais especificamente na chapada do Apodi/RN, distante 12 km da cidade de Apodi e aproximadamente 76 km de Mossoró/RN.

As primeiras descobertas do sítio arqueológico Lajedo de Soledade ocorreram na década de 1970, contudo o processo de preservação e visitação do local foi iniciado na década de 1990, por meio de um projeto realizado pela Associação Amigos do Lajedo da Soledade (AALS), com o apoio da PETROBRÁS.

Posteriormente a AALS transforma-se em Fundação Amigos do Lajedo de

Soledade (FALS) dando continuidade ao objetivo cuidar da herança histórica, cultural e natural do Lajedo de Soledade.

Anterior às pesquisas realizadas no Lajedo, a comunidade de Soledade tinha como atividade econômica central a exploração de calcário na própria região do Lajedo. Com a valorização e reconhecimento deste espaço a preservação do sítio arqueológico foi posto em pauta, tornando a FALS um agente importante de proteção ambiental.

O sítio arqueológico do Lajedo impressiona pelas histórias de tribos antigas e registros ainda hoje intocáveis. Desde os riscos nas pedras com suas formações únicas até as mais marcantes inscrições rupestres feitos pelos homens primitivos, são várias as manifestações que remontam aos costumes dos primeiros habitantes dessa região. Segundo Maia (2003, p. 60):

No Lajedo de Soledade há uma beleza representada pelas rochas que formam grutas, canyons, passagens estreitas, cavernas de acesso aparentemente impossível, mas que são imensos salões. Uma visão espetacular, que se completa com o fascínio das pinturas e gravuras.

O Lajedo da Soledade encontra-se dividido em três áreas, cada uma com sua particularidade: Urubu, Araras e Olho d'água. As ravinas, por sua vez, são estruturas de formação calcária que sofreram processo de erosão, permitindo o depósito de sedimento de material e crescimento da vegetação. Com o intuito de reconhecer o trabalho dos moradores da comunidade que atuaram na luta pela preservação do Lajedo, as ravinas foram denominadas de Ravina da Dodora, Ravina do Peninha e Ravina do Leon.



Imagem 1- Inscrições rupestres do Lajedo
Arquivo pessoal das autoras, 2018

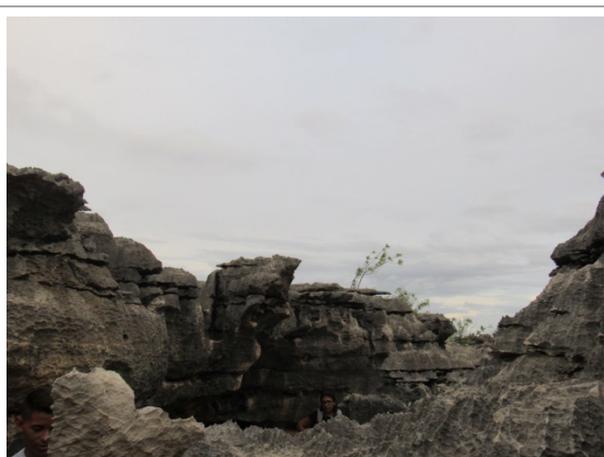


Imagem 2- Ravinas do Lajedo
Arquivo pessoal das autoras, 2018

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção dos dados da pesquisa foram utilizados procedimentos de

caráter sócio antropológico como a prática etnográfica, técnicas de entrevista e roteiros de observação.

Como primeira etapa do percurso metodológico, o levantamento bibliográfico se incumbiu de reunir os dispersos trabalhos que refletem sobre o patrimônio rural, (obras de cunho teórico e empírico), a fim de situar a nova pesquisa no vasto campo de discussão sobre o assunto.

Na fase posterior, foi realizada a pesquisa documental de dados secundários sobre o Lajedo de Soledade. Estas informações foram buscadas nos institutos local e estadual que abordem a questão do patrimônio, além do Museu do Lajedo de Soledade, instituição vinculada ao sítio arqueológico que se localiza em sua área de abrangência.

A pesquisa de campo, por sua vez, assumiu um caráter etnográfico, e neste sentido é importante considerar o arcabouço teórico-metodológico deste método que envolve procedimentos e técnicas específicas. A imersão do/a pesquisador/a na realidade do pesquisado se torna condição fundamental para a observação e construção dos dados, tendo em vista que neste contato o/a pesquisador/a segue até onde seja possível o horizonte de significados do outro, não precisando necessariamente se fixar lá.

Mais do que a busca obsessiva pelo acúmulo de detalhes, o método etnográfico prioriza a atenção para com esses detalhes, compreendendo que em algum momento estes fragmentos da realidade podem se organizar num todo, ao ponto de oferecer pistas interessantes para a formulação de um novo entendimento. Isto significa incluir como processo metodológico de um estudo empírico a observação participante, entrevistas, história de vida e outros.

Por observação participante se entende uma técnica de captação de dados menos estruturada nas Ciências Sociais que tem como finalidade compartilhar de modo consciente e regular, conforme as circunstâncias permitam as tarefas da vida, a dinâmica social, de um grupo de pessoas. Ela se vale do exercício mais elementar de pesquisa que é a observação, e do trabalho descritivo que obrigatoriamente a acompanha. Sobre as questões que envolvem este procedimento, se infere que “Podemos obter muita coisa de observações mais simples, menos analisadas. A proporção adequada entre descrição e interpretação é um problema real que cada um que descreve o mundo social tem de resolver ou enfrentar” (BECKER, 2007, p. 110).

As entrevistas, por sua vez, são utilizadas enquanto instrumentos favoráveis à apreensão da realidade, muito embora fatores como quebra da espontaneidade, conhecimento sobre o assunto, autocensura e outros fatores idiossincráticos representam fontes potenciais de desafios para a realização da pesquisa. Não se impondo como um roteiro completamente fechado, a escolha por entrevistas semi-estruturadas se deu no intuito de serem somente o pontapé inicial, pois as falas dos colaboradores podem trazer elementos que permitem a formulação de novas perguntas de cunho mais aprofundado.

Assim, a atenção para o que será dito é de fundamental importância, no sentido de

que a continuidade “natural” da conversação delinear o próprio segmento da dinâmica, sem a necessidade de impor “perguntas ingenuamente egocêntricas” (BOURDIEU, 1997), que somente visam o preenchimento de um questionário previamente formulado.

Durante a coleta de dados da pesquisa, foram realizadas entrevistas com 4 moradores da comunidade de Soledade/Apodi-RN, sendo todos declarados do gênero masculino. Dois dos entrevistados trabalham como guia do Lajedo, com idade de 30 a 35 anos. Os demais entrevistados são moradores de Soledade, desde o período anterior ao Lajedo tornar-se um espaço preservado: esses moradores têm a idade de 80 a 83 anos. Os entrevistados serão remetidos no texto como participantes 1, 2, 3 e 4.

As entrevistas tiveram como intuito entender se o Lajedo de Soledade é considerado pela comunidade como um espaço de memória e de elaboração de pertença e reconhecimento. As duas primeiras entrevistas foram realizadas no dia 23 de março de 2018, as outras no dia 09 de julho de 2018. Posteriormente à realização das entrevistas foi feita a transcrição e a análise desses dados.

4 | RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados encontrados na presente pesquisa são produtos da conjugação de dados obtidos a partir da realização da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo (observação participante e a realização de entrevistas). A pesquisa bibliográfica feita a partir dos conceitos de “patrimônio rural”, “Cultura” e “Lajedo de Soledade” viabilizou o entendimento sobre as várias definições de patrimônio e a compreensão sobre as culturas advindas na comunidade rural em meio a esta figuração contemporânea do campo.

O conceito de patrimônio permitiu pensar a realidade cultural do meio rural sob a expansão da compreensão do seu termo mais tradicional, restrito às estruturas arquitetônicas oriundas do meio urbano. A amplitude do sentido de patrimônio abrangeu elementos “imateriais” e “vivos” que se relacionam ao cotidiano das populações rurais.

As entrevistas com os moradores da comunidade do Lajedo, por sua vez, possibilitaram compreender os sentidos e a importância do Lajedo para essas pessoas. A partir das falas entrevistados foi possível perceber que o reconhecimento da importância do sítio arqueológico de Soledade foi algo tardio e que antes da criação da Associação Amigos do Lajedo de Soledade (AALS) e do projeto de preservação da Petrobras que resultou na construção do Museu do Lajedo de Soledade, ambos fundados na década de 1990, a maioria das pessoas utilizavam este espaço individualmente apenas para exploração e lazer.

Mesmo com a convivência cotidiana com as gravuras e inscrições que podem ser observadas nas rochas e cavernas do Lajedo, os moradores argumentavam que estas manifestações não tinham para eles significados. Somente com o trabalho posterior de educação patrimonial promovido pelo Museu foi possível encontrar sentidos para

essas imagens e grafias.

Como relata o participante 2:

Conheço, esse lajedo daqui, eu nasci e me criei aqui, eu sempre andava muito no Lajedo. A gente via essas coisas que tinha no lajedo, mas pra nós que mora [sic] aqui não tinha novidade, não via nada. Mas o povo que vinha de fora achava que era uma coisa muito importante e a gente achando que era besteira (...)

Percebe-se que o fluxo de visitantes ao Sítio arqueológico vindos de outras cidades, estados e até mesmo outros países também foi um fator que despertou o interesse da comunidade para aquele espaço e para a importância da sua preservação. A convivência íntima com e naquele espaço, o acesso cotidiano ao Lajedo levava a uma naturalização e familiarização que nem sempre foram acompanhadas pela educação patrimonial ou processos formativos sobre a história e singularidade do lugar.

Nascer e se criar no Lajedo permitiu conhecimentos outros, mas foi preciso o contato com “os de fora”, para que a relação de pertença e de valorização do seu território pudesse ganhar outros contornos. Não porque só “os de fora” pudessem possibilitar essa valorização do espaço, mas porque é olhar de estranhamento de quem vem de fora passou a produzir significados diferentes para aqueles desenhos, afloramentos, pinturas, até então tão comuns aos olhos dos/as moradores/as de Soledade.

Foi “o povo que vinha de fora” que estimulou outros processos de identificação com o Lajedo, já que estes não são acabados, e dependem do contato com a diferença, pois

[...] as identificações não são, nunca, plenamente e finalmente feitas; elas são incessantemente reconstituídas e, como tal, estão sujeitas à lógica volátil da iterabilidade. Elas são aquilo que é constantemente arregimentado, consolidado, reduzido, contestado e, ocasionalmente, obrigado a capitular. (BUTLER apud HALL, 2005, p.:130).

Saindo da condição de não percepção da importância do lugar, a partir das políticas públicas, dos projetos de formação sobre e de estruturação realizados no Lajedo, os moradores assinalam transformações que a localidade alcançou a partir da visitação daquele espaço, agora enquanto um patrimônio histórico e natural.

Conforme a fala do participante 1:

(...) O lajedo faz parte de cada morador da comunidade. Porque é uma fonte de renda. Tanto para quem trabalha diretamente como os guias, as pessoas da fundação ou indiretamente que é a questão dos comércios. É uma fonte geradora de renda.

Neste sentido, o crescimento econômico advindo de atividades associadas ao turismo como o artesanato e o comércio local são perceptíveis, e junto a isso, a construção da estrada asfaltada que liga a comunidade à sede do município de Apodi, assim como o tratamento da água consumida pela localidade, é relacionada pelos entrevistados como “benfeitorias” decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Lajedo de Soledade.

Por isso Arantes (2004, p. 18), ao defender a sustentabilidade da proteção do patrimônio imaterial brasileiro, alerta sobre a necessidade das populações que participam ações para a salvaguarda e proteção de seu patrimônio (material e imaterial): que devem ter a preocupação a conservação do meio ambiental e material, acesso às mudanças políticas na sociedade local, a formação de novos agentes para a preservação patrimonial, a participação nos registros e possíveis inventários, bem como a defesa dos seus direitos de autoria.

Essa participação da população na proteção e salvaguarda de seu patrimônio (material e imaterial), possibilita a ampliação das relações que poderão ser estabelecidas com o patrimônio. Sobre isso, o participante 2, que outrora percebeu as coisas do Lajedo como “besteira”, destaca:

Com a interação com pessoal, a cultura que antepassados queria [sic] repassar pra gente, é uma cultura riquíssima, Vamos dizer assim: o conhecimento que você tem sobre cinco ciências. Você fala da paleontologia: a questão dos animais que habitaram aqui; a geologia: a questão das rochas; arqueologia, que é a questão das pinturas rupestres; a sociologia e a espeleologia que é a questão das cavernas. Tudo isso é questão de cultura, questão de informação, questão de convivência.

A narrativa acima demonstra não apenas uma mudança na relação com o Lajedo (antes visto como besteira). Mas, o participante 2 assume o lugar de uma fala autorizada e fundamentada sobre seu espaço; a partir da convocatória de vários saberes, da riqueza histórica, natural e cultural que ele identifica no espaço, dar-se a elaboração de pertença e reconhecimento, deixando o Lajedo de ser um lugar que “não tinha novidade”, só de ‘besteira’, para ser um espaço de memória.

Os resultados da pesquisa acerca do Lajedo de Soledade permitem a constatação do papel fundamental da Educação Patrimonial, posto que:

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA et al, 1999, p. 6)

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar, reconhecer, valorizar, conservar o patrimônio sertanejo constitui uma tarefa fundamental para dinamização econômica, social e cultural dos territórios do semiárido rural, com vistas a diversificar as atividades desse meio caracterizado pela grande dependência dos recursos naturais e apresentação de indicadores sociais mais baixos do país.

A presente pesquisa, nestes termos, tem significativa contribuição para o desenvolvimento social e científico do Semiárido Nordeste, especialmente, do estado do Rio Grande do Norte. O desenvolvimento desta investigação permitirá avanço no

estado da arte dos patrimônios culturais das populações do Semiárido Nordeste.

Além disso, a ressignificação das identidades culturais do campo dentro desta configuração das novas ruralidades (SILVA, 1999), pressupõe o conhecimento dos elementos simbólicos e materiais que representam modos de vida das populações rurais do semiárido, na sua pluralidade e diversidade.

Neste sentido, a educação patrimonial se apresenta como alternativa interessante para a apreensão de saberes diferenciados que se estendem dos espaços formais de produção de conhecimento aos informais, possibilitando não apenas um reconhecimento vazio e artificial desses povos enquanto sujeitos históricos. Mas, uma educação patrimonial balizada nos processos ativos de conhecimento, valorização e apropriação de sua cultura, a fim de que possam construir maneiras de melhorar suas vidas, sua relação consigo e com o mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade Cultural, Patrimônio Cultural Material e Cultura Popular: a Unesco e a Construção de um Universalismo Global. In. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 25, nº 3, Setembro/Dezembro, 2010.

ARANTES, Antonio Augusto. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. In. **RESGATE**. Revista de Cultura. Campinas: CMU/ Unicamp, nº. 13, 2004.

BECKER, Howard S. **Segredos e Truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FARIAS, Edson. O que pode a triangulação entre dinheiro, expressões culturais e esfera pública nos dizer sobre diversidade e universalidade? In CASTRO, Ana Lúcia de (Org.). **Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades**: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomaz Tadeu da Silva (org). 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

MAIA, **Lajedo de Soledade (História de) Um Poema de Pedra**. Coleção serie „C”. Mossoroense. Volume 1392. Out/2003. p.41-96.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, Jun 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007&lng=en&nrm=iso

REIS, Manuela (1999), “Cidadania e Patrimônio. Notas de uma pesquisa sociológica” in Sociologia – **Problemas e Práticas**, nº 29, Oeiras, CIES/CELTA, 7794.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2014.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Coleção pesquisas 1).

TOGNON, Marcos. Memória e patrimônio rural, Resgate: Revista **Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v.18, n. 20, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-465-8

